

PROCURADOR MUNICIPAL

LEIA AS INSTRUÇÕES:

- 1) Você deve receber do fiscal, além deste caderno contendo 40 (quarenta) questões objetivas, um cartão-resposta destinado às respostas objetivas da prova;
- 2) Verifique se este material está completo e se seus dados pessoais conferem com aqueles constantes do cartão-resposta. Caso contrário, informe ao fiscal de sala.
- 3) O tempo de duração da prova é de 03 (três) horas ininterruptas. Só será permitido ao candidato entregar sua prova após 01 (uma) hora do início da mesma, **sob pena de ser eliminado do certame**.
- 4) Ao término da prova, o candidato deverá assinar a lista de presença e o cartão-resposta e entregar ao Fiscal junto com o seu caderno de questões.
- 5) Será excluído do certame o candidato que não assinar o cartão resposta ou o fizer fora do local indicado, bem como aquele que assinar em desconformidade com a assinatura constante no documento oficial de identificação.
- 6) Tenha cuidado com o seu cartão-resposta, pois este é personalizado e não será substituído em hipótese alguma.
- 7) No cartão-resposta, a marcação das letras correspondentes às respostas de sua opção, deve ser feita com o preenchimento de todo o espaço do campo reservado para tal fim, conforme modelo ex:
- 8) Para cada uma das questões são apresentadas cinco alternativas e somente uma responde adequadamente ao quesito proposto. A marcação em mais de uma alternativa ou marcações rasuradas anulam a questão.
- 9) As Provas Objetivas e os gabaritos serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico www.institutoludus.com.br a partir das 18:00h;
- 10) Por motivo de segurança não será permitido ao candidato fazer uso de qualquer tipo de anotações que não seja o rascunho integrante desta Prova que será destacado na hora da entrega pelo fiscal. Caso o candidato seja surpreendido com qualquer outro tipo de anotações em documentos que não seja o previsto acima, **será eliminado do certame**.

FOLHA DE ANOTAÇÃO DO GABARITO: ATENÇÃO: Esta parte somente deverá ser destacada pelo fiscal da sala, após o término da prova.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

EM BRANCO

INSCRIÇÃO:

--	--	--	--	--	--

ASSINATURA:

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os versos seguintes

A cavalgada

Raimundo Correia

A lua banha a solitária estrada...
Silêncio!... Mas além, confuso e brando,
O som longínquo vem-se aproximando
Do galopar de estranha cavalgada.

São fidalgos **que** voltam da caçada;
Vêm alegres, vêm rindo, vêm cantando.
E as trompas a soar vão agitando
O remanso da noite embalsamada...

E o bosque estala, move-se, estremece...
Da cavalgada o **estrépito** que aumenta
Perde-se após no centro da montanha...

E o silêncio outra vez **soturno** desce...
E límpida, sem mácula, alvacenta
A lua a estrada solitária banha...

01. Observe o primeiro e último verso do soneto. Os vocábulos que compõem os dois versos são os mesmos, ocorrendo apenas uma alteração na ordem. O poeta, em uma construção textual magistral, constrói textualmente uma modificação

- a) no sujeito-observador
- b) na geometria do soneto
- c) na inversão dos valores
- d) de perspectiva, para o observador
- e) de observador

02. No poema, o vocábulo **estrépito**, em destaque (negrito e sublinhado), no texto, tem sentido semelhante a

- a) ruídos intermitentes
- b) quietação
- c) baque
- d) pancada
- e) ruído forte

03. No quarto verso o vocábulo em destaque tem função de

- a) pronome substantivo relativo
- b) preposição
- c) advérbio
- d) partícula enfática
- e) conjunção

04. No verso “E o bosque estala, move-se, estremece...” observa-se uma figura de linguagem conhecida como

- a) sinestesia
- b) metonímia
- c) prosopopeia
- d) paradoxo
- e) perífrase

05. No décimo segundo verso, a palavra em destaque, no texto, dentre as alternativas seguintes, apenas não pode assumir o significado de

- a) triste
- b) funesto
- c) melancólico
- d) sorumbático
- e) taciturno

06. Pelo que informa o texto, e apenas por ele, **não** se pode inferir que

- a) a cavalgada não era uma cavalgada comum naquela estrada.
- b) os fidalgos traziam instrumentos de sopro.
- c) o remanso da noite era embalsamado.
- d) a Lua se apresentava alvadia
- e) o som das trompas agitava a quietação da noite.

07. Leia a sentença:

O Advogado Astrobaldo Ferreira reside **pertíssimo** do Comércio Esporte Clube, em Floriano(PI).

Sobre o grau do adjetivo destacado, é

- a) comparativo de proximidade
- b) superlativo absoluto sintético
- c) superlativo absoluto analítico
- d) superlativo absoluto analítico analítico
- e) comparativo absoluto sintético sintético

08. Astrobaldo Ferreira, do alto dos seus tamancos, virou-se para Astrobaldozinho, que já se dirigia para a saída da Escola, o Colégio Industrial São Francisco de Assis, e, com voz de comando, bradou:

– Não saia **agora!!!**

A circunstância expressa pelo adjunto adverbial destacado é de

- a) negação
- b) tempo
- c) modo
- d) intensidade
- e) lugar

09. O Almirante Mário Luna, conversando com amigos, recordando uma bela colega de infância, disse:

– Ela, Ana Luzia, tinha um rosto rosado e doce.

Na frase do Almirante, observa-se uma figura de linguagem denominada de

- a) perífrase
- b) hipálage
- c) metonímia
- d) sinestesia
- e) assíndeto

10. Nas linhas seguintes são postas quatro sentenças. Em cada uma das sentenças, observe os termos destacados.

- () Em Floriano, moro na Rua Sete..
- () O cachorro fugiu
- () Astrobaldozinho é muito bom aluno
- () Bejei-lhe as mãos

Pondo-se, onde couber, nas lacunas acima

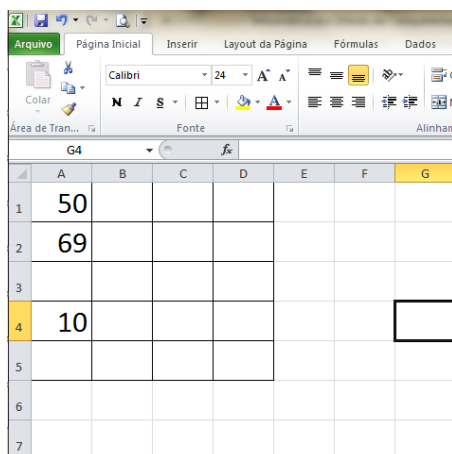
- 1. Para adjunto adnominal
- 2. Para adjunto adverbial
- 3. Para aposto
- 4. Para vocativo

A sequência correta, se lida de cima para baixo, é

- a) 1 – 3 – 2 – 4
- b) 1 – 2 – 3 – 4
- c) 4 – 1 – 3 – 1
- d) 2 – 3 – 4 – 1
- e) 3 – 1 – 2 – 1

INFORMÁTICA

Com base na figura abaixo (MS-EXCEL 2010) responda a questão 11.



	A	B	C	D	E	F	G
1	50						
2	69						
3							
4	10						
5							
6							
7							

11. Ao aplicar a fórmula =MÉDIA(A1:A4), na célula G4, teremos como resultado:

- a) 30
- b) 32
- c) 43
- d) 64,5
- e) 65

12. Marque a alternativa correta em relação ao componente utilizado para ativar ou desativar os alertas do sistema referentes à manutenção e segurança do Windows 7.

- a) Windows defender;
- b) Windows update;
- c) Central de notificações;
- d) Central de Ações;
- e) Device stage.

13. Analise as afirmativas abaixo:

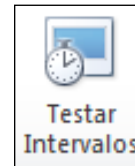
I – NTFS é o sistema de arquivos preferencial do Windows7;
II – EXT2 é um exemplo de sistema de arquivo do Linux;
III – O sistema de arquivos é utilizado pelo Sistema Operacional para gerenciar a gravação e a recuperação de dados do dispositivo de armazenamento.

Assinale a alternativa correta:

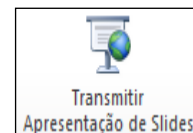
- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira;
- b) Apenas a afirmativa II é verdadeira;
- c) Apenas a afirmativa III é verdadeira;
- d) Todas afirmativas são falsas;
- e) Todas afirmativas são verdadeiras.

14. Analise as afirmativas abaixo sobre o POWERPOINT 2010:

I – O botão **Testar** está localizado na guia

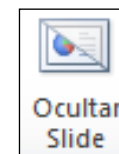


Intervalos Exibição;



II – O botão **Transmitir Apresentação de Slides** tem a função de transmitir a apresentação de slides para visualizadores remotos que possam assisti-la em um navegador da WEB.

III – A opção **Ocultar Slide** está localizada na guia Exibição.



está localizada

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira;
- b) Apenas a afirmativa II é verdadeira;
- c) Apenas a afirmativa III é verdadeira;
- d) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras;
- e) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

15. Analise as afirmativas abaixo:

I – Intranet é um espaço restrito a determinado público, utilizado para compartilhamento de informações restritas, que pode ser acessado por senhas e logins;

II – URL (Uniform Resource Locator) é o endereço alfanumérico de um site;

III – DNS (Domain Name System) é um protocolo usado para transferir arquivos pela Internet.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I é verdadeira;
- b) Apenas a afirmativa II é verdadeira;
- c) Apenas a afirmativa III é verdadeira;
- d) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras;
- e) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS + CONHECIMENTOS LOCAIS

16. No âmbito da parceria público-privada, as concessões patrocinadas em que mais de da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica. A lacuna acima é preenchida corretamente pelo elemento disposto na alternativa

- a) 70% (setenta por cento).
- b) 75% (setenta e cinco por cento).
- c) 50% (cinquenta por cento).
- d) 60% (sessenta por cento).
- e) 51% (cinquenta e um por cento).

17. Determinado ato administrativo exarado pela Administração Pública, no qual se vislumbra vício de legalidade, poderá ser invalidado

- a) somente pelo Poder Judiciário
- b) somente pela Administração Pública, que pode, a qualquer tempo, anular seus atos, desde que evitados de vícios que os tornam ilegais.
- c) pelo Legislativo, somente.
- d) pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Legislativo.
- e) pelo Judiciário ou pela própria Administração Pública.

18. O prefeito Mário Ladino, de uma importante cidade do Pará, processa uma licitação regida pela Lei 8.666/93, na modalidade tomada de preços, para a reforma das escolas daquele Município. A Empresa SMART ENGENHARIA vence a licitação e firma contrato no valor de R\$1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais).

Em decorrência de alterações necessárias, inclusive com a inclusão de serviços novos, foi feito o primeiro aditivo, com reflexo financeiro e a obra, antes contrata pelo valor acima citado, teve uma majoração, de preços, de 12%.

Algum tempo depois, conforme ficou sobejamente demonstrado em parecer dos engenheiros do Município, mais alguns serviços se fazem necessários, sob pena da obra (uma reforma) não se processar a contento.

Neste caso, deve ser processado o segundo aditivo com reflexo financeiro. Você, procurador do Município de Poção de Pedras opina pela concessão do aditivo e

ressalta que o valor máximo, permitido por lei, para este segundo aditivo é de

- a) R\$494.000,00
- b) R\$44.000,00
- c) R\$169.000,00
- d) R\$156.000,00
- e) R\$325.000,00

19. No Município de Poção de Pedras, é processada uma licitação, modalidade Convite, vencedora a que apresentar menor preço global, para serviços de engenharia, no caso, a construção de uma quadra de esporte em um povoado do Município. A Administração Pública orçou a execução integral da obra em R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). Abertas as propostas, as empresas habilitadas apresentaram as seguintes propostas.

- Empresa A: R\$59.000,00
- Empresa B: R\$59.800,00
- Empresa C: R\$68.000,00
- Empresa D: R\$70.000,00
- Empresa E: R\$114.000,00
- Empresa F: R\$116.000,00
- Empresa G: R\$118.000,00
- Empresa H: R\$120.000,00

Conforme a Lei (8.666/93), tendo todas as empresas apresentado documentação hábil, pelo critério estabelecido no Edital (menor preço), combinado com o que estabelece o artigo 48.º da Lei 8.666/93, você, procurador do Município, opina corretamente que deve ser declarada vencedora a empresa

- a) E
- b) D
- c) B
- d) A
- e) C

20. Com as informações da questão anterior, após a lavratura do contrato com a empreiteira vencedora do certame comentado na questão anterior, ao ser executado o contrato, apresenta-se, devidamente fundamentado pela equipe técnica, a necessidade de aditivo com reflexo financeiro. Você, procurador do Município é instado a se pronunciar sobre o feito, sendo que um dos aspectos que você ventila é, na forma da lei, o valor máximo que esse aditivo pode ter, que é de

- a) R\$36.000,00
- b) R\$17.500,00
- c) R\$17.000,00
- d) R\$28.500,00
- e) R\$29.000,00

21. No que concerne à gestão financeira e orçamentária, O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal tem por finalidade:

- I. formular e operacionalizar o planejamento estratégico nacional.
- II. formular planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
- III. gerenciar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais
- IV. gerenciar o processo de planejamento e orçamento federal
- V. promover a articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, visando a compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos Sistemas, nos planos federal, estadual, distrital e municipal.

Assinale

- a) se todas as assertivas acima estão corretas
- b) se, dentre as alternativas acima, apenas uma é incorreta.
- c) se, dentre as alternativas acima, apenas duas são incorretas.
- d) se, dentre as assertivas acima, apenas três são incorretas.
- e) se, dentre as assertivas acima, apenas quatro são incorretas.

22. No âmbito da gestão financeira e orçamentária do Município, integrarão a Lei de Orçamento, **EXCETO**

- a) Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- b) Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma de Anexo disposto na Lei 4.320/1994, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- c) Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação.
- d) Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais.
- e) Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

23. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á, dentre outros elementos obrigatórios, de Tabelas explicativas, das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

- I. A receita arrecadada nos dois últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
- II. A receita prevista para o exercício em que se elaborou a proposta.

III. A receita prevista para o exercício a que se refere a proposta.

IV. A despesa realizada no exercício imediatamente anterior.

V. A despesa fixada para o exercício em que se elaborou a proposta.

VI. A despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Dentre todas as assertivas acima, apenas cinco são corretas.
- c) Dentre todas as assertivas acima, apenas quatro são corretas.
- d) Dentre todas as assertivas acima, apenas três são corretas.
- e) Dentre todas as assertivas acima, apenas duas são corretas.

24. Analise as assertivas seguintes

I. Embora não esteja explicitado no caput do art. 37, da CF, o texto constitucional faz referência a outros princípios da Administração, como o princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos.

II. Exigir que o ingresso nos cargos públicos se processe por intermédio de concurso público reflete aplicação do princípio da impessoalidade.

III. O princípio da razoabilidade é um princípio constitucional que se vincula à limitação da discricionariedade administrativa.

IV. O princípio da eficiência, princípio constitucional explicitado no art. 37 da CF/88, vincula-se à noção de administração patrimonialista.

V. É vedada a aplicação retroativa de uma nova interpretação de norma administrativa tem fulcro no princípio da segurança jurídica e da finalidade.

Assinale

- a) se apenas uma das assertivas elencada acima é correta.
- b) se apenas duas das assertivas elencadas acima estão corretas.
- c) se apenas três das assertivas elencadas acima estão corretas.
- d) se apenas quatro das assertivas elencadas acima estão corretas.
- e) se todas as assertivas elencadas acima são corretas.

25. Determinado Município brasileiro tem, na atualidade, uma população de 87.000 habitantes. Sabendo-se que o subsídio de um deputado federal, em reais, é igual a **N**, conforme estatui a Carta Federal/88, e que os deputados estaduais recebem o subsídio máximo permitido na Carta Federal, então infere-se que o número máximo de vereadores que pode ter a Câmara de Vereadores desse Município, para a próxima legislatura (2013 – 2016) é

..... vereadores, e que o subsídio máximo de cada vereador é de

Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que indica os elementos que, nos termos da Carta Federal, preenchem as duas lacunas acima, respectivamente

- a) 15 – 22,50% do subsídio do deputado federal.
- b) 19 – 33,75% do subsídio do deputado federal.
- c) 17 – 33,50% do subsídio do deputado federal.
- d) 19 – 37,50% do subsídio do deputado federal
- e) 17 – 30,00% do subsídio do deputado federal.

26. Determinado Município, tem o seu estatuto do servidor público, *mutatis mutandis*, redigido com a mesma redação dada à Lei 8.112/90, que é o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União, especialmente no que se refere às regras do denominado procedimento administrativo disciplinar e à prescrição punitiva no âmbito da Administração Pública.

Considerando tal premissa, analise o seguinte fato concreto.

A Administração Pública Municipal desse Município teve conhecimento, em julho de 2012, que Zé Ambrósio [o nome foi alterado], engenheiro aposentado dessa prefeitura, hoje com 63 anos, aposentado voluntariamente em novembro de 2006, quando servidor público estável em atividade, entre 2003 e 2005 exerceu, paralelo à sua atividade na administração pública, a gerência ou administração de sociedade privada não personificada, bem como exerceu o comércio, como gerente de uma empresa comercial, no mesmo período.

Após o inequívoco conhecimento do fato pela Administração Pública, em julho de 2012, foi aberto o devido Procedimento Administrativo Disciplinar, em agosto de 2012. A Comissão Processante, após o devido processo legal, no qual foi oportunizado o contraditório e a ampla defesa do acusado, ancorada em robustas provas documentais, concluiu que o que fora noticiado à Administração Pública ficou sobejamente demonstrado.

No seu Relatório, a Comissão Processante conclui que o fato noticiado é verdadeiro e, faz notar, ainda, que o citado servidor aposentado não tem, na sua ficha funcional, nenhuma punição registrada, que sempre teve conduta pautada pela urbanidade no serviço público e que o mesmo não apresenta indícios externos de enriquecimento sem causa.

Você, procurador do Município, é instado a analisar, à luz da legalidade, da constitucionalidade e da jurisprudência firmada, o Relatório da Comissão Processante.

Ao opinar, estritamente nos limites da lei e da CF/88 e da jurisprudência firmada, você opina que:

a) a pretensão punitiva foi alcançada pela prescrição administrativa, devendo todo o PAD ser nulo, posto que, iniciado após a prescrição administrativa, é viciado *ex radice*.

b) a cassação da aposentadoria do servidor é compulsória, posto que, apurada a responsabilidade administrativa, em processo disciplinar em que observado o princípio do contraditório e assegurada ampla defesa, a aplicação da penalidade configura poder-dever, sem resultar de lei qualquer margem à discricionariedade do administrador público.

c) embora a pretensão punitiva da administração pública tenha sido alcançada pela prescrição administrativa, o PAD não deve ser nulo. Cabe à Administração Pública, neste caso, apenas registrar na ficha funcional do ex-servidor a conduta disciplinar vedada, sem que o mesmo venha a sofrer qualquer reflexo da punição cabível.

d) embora a conduta tenha sido materializada e a mesma enseja demissão do serviço público, o mesmo não deve ter sua aposentadoria cassada, pois, sendo um ato jurídico perfeito, a cassação da aposentadoria é inconstitucional.

e) o PAD está revestido de legalidade, que a cassação da aposentadoria é a punição cabível, mas, dado às circunstâncias atenuantes, inclusive pela não existência de punições anteriores e pela conduta correta do servidor quando na ativa, a punição não é compulsória, sendo dado à autoridade competente para a aplicação da pena a discricionariedade de cassar a aposentadoria, ou não.

27. Segundo o Estatuto das Cidades, a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, tendo, dentre outras diretrizes gerais, ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar, dentre outros:

- I. a utilização inadequada dos imóveis urbanos e, quando couber, dos imóveis suburbanos.
- II. a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes.
- III. o hipoparcelamento do solo, a edificação e o uso excessivos e inadequados em relação à infraestrutura urbana.
- IV. a instalação de empreendimentos ou atividades que, sem a previsão da infraestrutura correspondente, possam funcionar como pólos geradores de tráfego.
- V. a negociação especulativa de imóvel urbano não utilização.
- VI. a exposição da população a riscos de desastres, desde que naturais.

Assinale

- a) se, dentre as assertivas acima, apenas uma é incorreta.
- b) se, dentre as assertivas acima, apenas duas são incorretas.
- c) se, dentre as assertivas acima, apenas três são incorretas.
- d) se, dentre as assertivas acima, apenas quatro são incorretas.

e) se, dentre as assertivas acima, apenas cinco são incorretas.

28. Conforme os termos da Lei N.º 8.429/92, analise as assertivas seguintes

I. Improbidade administrativa é ato necessariamente doloso e requer do agente conhecimento real ou presumido da ilegalidade de sua conduta.

II. Apenas servidor público pode ser alcançado/apenado com base na Lei da Improbidade Administrativa(LIA).

III. Com fulcro na LIA, ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

IV. Constitui ato de improbidade administrativa servidor público ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em regulamento.

V. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, sendo punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que prestar declaração dos bens falsa.

VI. Tratando-se de Ação por Ato de Improriedade, a ser intentada pelo Ministério Público, a ação principal segue o rito ordinário.

Assinale

- a) se, dentre as assertivas acima, apenas uma é incorreta.
- b) se, dentre as assertivas acima, apenas duas são incorretas.
- c) se, dentre as assertivas acima, apenas três são incorretas.
- d) se, dentre as assertivas acima, apenas quatro são incorretas.
- e) se, dentre as assertivas acima, apenas cinco são incorretas.

29. Conforme a legislação nacional, são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, **EXCETO**:

- a) o zoneamento rural.
- b) a avaliação de impactos ambientais.
- c) a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e as de relevante interesse ecológico, pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal.
- d) as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.
- e) instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

30. Conforme estabelece o Código de Processo Civil, observar-se-á o procedimento sumário, **EXCETO**

a) nas causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo.

b) nas causas de arrendamento rural e de parceria agrícola.

c) nas causas de cobrança ao condomínio de quaisquer quantias devidas ao condomínio.

d) nas causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre

e) sempre que a ação houver como causa a cobrança de honorários de profissional liberal.

31. Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre, **EXCETO**

a) falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia.

b) inexigibilidade do título.

c) suspeição do juiz.

d) excesso de execução.

e) cumulação de execuções.

32. Conforme o CPC, art. 265, **NÃO** integra o rol das razões que ensejam a suspensão do processo:

a) oposta exceção de incompetência relativa do juízo.

b) oposta exceção de suspeição do perito

c) pela convenção das partes.

d) quando a sentença tiver por pressuposto o julgamento de questão de estado, requerido como declaração incidente.

e) quando for oposta exceção de suspeição ou impedimento do juiz.

33. Conforme estatui a Lei de Execução Fiscal, das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), só se admitirão

a) recurso inominado

b) apenas embargos de declaração

c) apelação, somente

d) embargos infringentes e de declaração

e) apelação e embargos de declaração.

34. Atente para este fragmento, transcrito da Constituição Federal, no qual estão postas duas lacunas

“Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; (...)

III - (1) do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV -(2).....do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação”.

As duas lacunas acima são preenchidas, correta e respectivamente, na ordem, pelos elementos dispostos na alternativa

- a) 50% (cinquenta por cento) – 22,5 (vinte e dois inteiros e cinco décimo por cento).
- b) 48% (quarenta e oito por cento) – 22,5 (vinte e dois inteiros e cinco décimo por cento).
- c) 50% (cinquenta por cento) – 25% (vinte e cinco por cento).
- d) 50% (cinquenta por cento) – 21,5 (vinte e um inteiros e cinco décimo por cento).
- e) 40% (quarenta por cento) – 22,5 (vinte e dois inteiros e cinco décimo por cento).

35. Leia atentamente o texto seguinte:

Conforme estabelece a LRF, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração no Município, não poderá exceder o percentual da receita corrente líquida em(1)..... sendo que a repartição desse limite global, não poderá exceder(2)..... para o Executivo.

Observe que, no texto, dois fragmentos foram suprimidos, formado as lacunas (1) e (2). Essas duas lacunas são preenchidas, na ordem, correta e respectivamente, pelos elementos elencados na alternativa

- a) 60% (sessenta por cento) – 54% (cinquenta e quatro por cento)
- b) 60% (sessenta por cento) – 49% (quarenta e nove por cento).
- c) 50% (cinquenta por cento) – 49% (quarenta e nove por cento).
- d) 50% (cinquenta por cento) – 40,9% (quarenta inteiros e nove décimo por cento).
- e) 60% (sessenta por cento) – 51,3% (cinquenta e um inteiro e três décimo por cento)

36. O Estado do Maranhão é dividido em regiões ecológicas. O Município de Poção de Pedras pertence a que região ecológica do Estado do Maranhão?

- a) Chapadões
- b) Pré-amazônica
- c) Cerrados
- d) Cocais
- e) Baixada

37. É a **extração vegetal** de maior importância econômica para o Município de Poção de Pedras, no Estado do Maranhão.

- a) A extração da amêndoa do babaçu
- b) Madeiras - Produção de carvão vegetal
- c) Madeiras – Produção de lenha
- d) Madeiras – Madeira em toras (p/serrarias)
- e) Castanha de caju.

38. Dentre as alternativas seguintes, indique qual das lavouras temporárias relacionadas é aquela de menor representação econômica para Poção de Pedras.

- a) Tomate
- b) Abacaxi
- c) Melancia
- d) Mandioca
- e) Feijão

39. Município que, integrante da mesma Microrregião de Poção de Pedras, se situa a Nordeste de Poção de Pedras.

- a) Lago dos Rodrigues
- b) Bernardo do Mearim
- c) Satubinha
- d) Lago do Junco
- e) Peritoró

40. Segundo o IBGE, sobre a altitude média do Município de Poção de Pedras, pode-se afirmar que

- a) é maior que 100m e inferior a 110m
- b) é maior que 110m e inferior a 115m
- c) é um valor acima de 120m e menor que 140m
- d) é um número menor ou igual a 100m
- e) é maior que 150m